

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

**BRENDA PATRÍCIA CAMPOS DE OLIVEIRA SILVA**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA SURDA**

Imperatriz - MA  
2024

**BRENDA PATRÍCIA CAMPOS DE OLIVEIRA SILVA**

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA SURDA**

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Língua Brasileira de Sinais, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientadora: Profa. Esp. Claudilene de Sousa Alves

Imperatriz - MA  
2024

S586p

Silva, Brenda Patricia Campos de Oliveira

O processo de inclusão da pessoa surda. / Brenda Patricia Campos de Oliveira Silva. – Imperatriz, MA, 2024.

28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2024.

1. Educação de surdos. 2. Libras. 3. Alfabetização. 4. Imperatriz - MA. I. Título.

CDU 376.33

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: Mateus de Araújo Souza CRB13/955


BRENDA PATRÍCIA CAMPOS DE OLIVEIRA SILVA

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA SURDA

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Língua Brasileira de Sinais, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Libras.


APROVADO EM: \_\_/\_\_/\_\_.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **CLAUDILENE DE SOUSA ALVES**  
Data: 06/03/2024 22:03:48-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


---

Prof. Esp. Claudilene de Sousa Alves (Orientadora) – UEMASUL

Documento assinado digitalmente  
 **CLAUDIA LUCIA ALVES**  
Data: 07/03/2024 11:21:09-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Claudia Lúcia Alves - CCHSL/UEMASUL

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIANA DE LIMA REIS**  
Data: 05/03/2024 21:15:43-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Esp. Luciana de Lima Reis – MESTRADO/UEMASUL

## RESUMO

O presente artigo trata do processo de alfabetização da pessoa surda, destacando a urgente necessidade de abordagem em todo o ambiente escolar. A proposta visa proporcionar um ensino de qualidade e inclusão ao surdo, enfatizando a importância do ensino da língua de sinais. Além disso, demonstra a relevância dessa abordagem para que o surdo adquira sua língua natural, possibilitando seu desenvolvimento pleno e interação tanto com o mundo surdo quanto com o ouvinte. A abordagem utilizada no estudo foi de orientação qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas como instrumento principal para apreender os significados construídos sobre a temática pelos participantes. Os participantes incluíram um aluno surdo, um coordenador e um professor de uma escola pública. A análise abrangeu as condições de ensino e aprendizagem do surdo no ambiente escolar. Diversos teóricos foram referenciados neste trabalho, incluindo Skliar (1998), Quadros (2004 e 1997) e Behares (2000). Os resultados revelam as dificuldades enfrentadas pelos professores em lidar com os alunos surdos em sala de aula. A falta de comunicação e as fragilidades na formação docente, especialmente voltadas à alfabetização de alunos surdos, emergiram como os principais obstáculos no processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Alfabetização. Surdo. Língua de Sinais.

## ABSTRACT

This article addresses the literacy process of deaf individuals, emphasizing the urgent need for a comprehensive approach throughout the school environment. The proposal aims to provide quality education and inclusion for the deaf, emphasizing the importance of teaching sign language. Furthermore, it demonstrates the relevance of this approach for deaf individuals to acquire their natural language, enabling their full development and interaction with both the deaf and hearing worlds. The study employed a qualitative approach, utilizing semi-structured interviews as the primary instrument to capture the meanings constructed on the subject by the participants. Participants included a deaf student, a coordinator, and a teacher from a public school. The analysis encompassed the teaching and learning conditions of the deaf in the school environment. Several theorists were referenced in this work, including Skliar (1998), Quadros (2004 and 1997), and Behares (2000). The results reveal the difficulties faced by teachers in dealing with deaf students in the classroom. The lack of communication and weaknesses in teacher training, particularly focused on the literacy of deaf students, emerged as the main obstacles in the teaching and learning process.

**Keywords:** Literacy. Deaf. Sign Language.

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>APÊNDICE 1</b>	<b>– Formulário destinado ao aluno surdo e à instituição de ensino.....</b>	<b>27</b>
-------------------	---	-----------

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS PARA A COMUNIDADE SURDA</b>	<b>10</b>
<b>3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE</b>	<b>13</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>18</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>24</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a comunidade surda enfrenta desafios relacionados à inclusão, identidade e cultura. Apesar dos avanços conquistados, uma parcela significativa da comunidade ainda não tem acesso à sua própria cultura, língua materna e alfabetização. Essa lacuna limita o desenvolvimento pleno dos indivíduos surdos, impactando suas oportunidades de aprendizagem e participação social.

A comunicação entre surdos e ouvintes muitas vezes se dá por meio de gestos e sinais, o que pode gerar dificuldades de compreensão mútua. Essa situação reforça a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a inclusão da comunidade surda e o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sendo que, por meio da educação bilíngue e da inclusão da Libras no currículo escolar, podemos garantir o acesso à educação e à informação para todos, independentemente de suas habilidades auditivas.

A aquisição da Libras é fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa surda, tanto em termos linguísticos quanto identitários. Karnopp e Quadros (2001, p. 11) enfatizam que “a criança surda precisa ter acesso a Libras e interagir com várias pessoas que usam tal língua para constituir sua linguagem e sua identidade emocional e social”. Nesse contexto, a frequência à escola sem o domínio da Libras torna necessário o processo de aquisição dessa língua para o desenvolvimento pleno da criança surda.

O presente trabalho discorre sobre o processo de inclusão da pessoa surda em uma escola de rede pública de ensino, com o intuito de despertar no leitor o interesse em aprender a Língua de Sinais para promover a comunicação e a inclusão da pessoa surda. Aborda-se a importância do ensino da Língua de Sinais para os surdos e a necessidade de adquirir sua língua natural para possibilitar seu desenvolvimento pleno e interação com o mundo surdo e ouvinte. Para tanto, serão realizadas entrevistas com um aluno surdo, um coordenador e um professor do ensino regular, a fim de descrever o processo de alfabetização do surdo no ensino regular. As entrevistas serão aplicadas ao coordenador, professor e ao aluno surdo com auxílio da intérprete, utilizando perguntas abertas livres.

A motivação para a pesquisa surgiu do contato com pessoas surdas e da percepção da falta de oportunidades e conhecimento que elas tinham em relação à sua língua materna. Além disso, observou-se que os surdos não permaneciam frequentando a escola, pois no ambiente escolar ninguém sabia como lidar com eles. Diante disso, acredita-se que este estudo poderá contribuir para a compreensão do processo de inclusão da pessoa surda na escola e para a promoção da educação bilíngue para surdos.

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino, a qual conta com treze salas de aula, uma diretoria, cantina, sala de professores, sala de leitura, um amplo pátio e cinco banheiros. A instituição funciona nos dois turnos, atendendo a 323 alunos do Ensino Fundamental II em um ambiente propício ao aprendizado, com boa iluminação e ventilação. O corpo docente e administrativo é composto por dois diretores, uma coordenadora pedagógica e vinte e três professores. Em relação à formação profissional, os professores possuem graduações diversificadas, a exemplo de: Licenciatura em Letras, História, Biologia, Matemática e Geografia. A escola demonstra seu compromisso com a inclusão ao atender a um aluno surdo que cursa o sétimo ano do Ensino Fundamental no turno matutino, com acompanhamento de uma intérprete em sala de aula. Os participantes deste estudo são: uma professora formada em Língua Portuguesa que atua na escola há 20 anos, uma coordenadora pedagógica com formação em Pedagogia e um aluno surdo de 17 anos de idade, ainda não alfabetizado, mas que possui várias palavras memorizadas e se comunica por meio da Língua de Sinais.

Para a elaboração deste estudo, foram consultados diversos teóricos, tais como Skliar (1998), Quadros (2004 e 1997) e Behares (2000), que forneceram fundamentação teórica relevante para a compreensão do tema abordado. Espera-se que este trabalho contribua para os estudos sobre o processo de alfabetização da pessoa surda, ao compartilhar conhecimentos sobre a importância da alfabetização para a prática da aprendizagem no contexto educacional.

Este trabalho apresenta, em seções distintas, os seguintes tópicos: a importância da língua de sinais para a comunidade surda; a educação bilíngue; a metodologia da pesquisa, com ênfase na abordagem qualitativa e no instrumento utilizado; e, por fim, os resultados e as considerações finais.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS PARA A COMUNIDADE SURDA**

A linguagem é um instrumento de suma importância e indispensável para o desenvolvimento integral do ser humano, tanto para ouvintes quanto para surdos. Desde o nascimento, a linguagem faz parte do processo de desenvolvimento intelectual da criança. Segundo Vygotsky (1998), que propõe a teoria sociointeracionista, o ser humano nasce inserido em um meio social, que é a família. É nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem, sendo a interação com os outros uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento da criança.

O processo de formação do pensamento é despertado pela vida social e pela constante

comunicação entre crianças e adultos. A interação social torna-se, portanto, o motor do desenvolvimento. A aprendizagem ocorre em todo lugar e a todo momento, dando-se por meio desse processo de interação com o meio em que se vive. É indispensável destacar que a aprendizagem da criança ouvinte antecede a entrada na escola, e o aprendizado escolar produz algo novo no desenvolvimento infantil, evidenciando as relações interpessoais.

No entanto, para a criança surda, a aquisição da linguagem pode ser um processo desafiador. A surdez, por si só, não impede o desenvolvimento intelectual, mas a falta de acesso à linguagem adequada pode criar obstáculos significativos. Como afirma Goldfeld (2002):

É totalmente evidente que toda a gravidade e todas as limitações criadas pela deficiência não tem sua origem na deficiência por si mesma, mas sim nas conseqüências, nas complicações secundárias provocadas por esta deficiência. A surdez por si mesma poderia não ser um obstáculo tão penoso para o desenvolvimento intelectual da criança surda, mas a mudez provocada pela surdez, a falta de linguagem é um obstáculo muito grande nessa via. Por isso, é na linguagem como núcleo do problema onde se encontram todas as particularidades do desenvolvimento da criança surda (Goldfeld, 2002, p. 81-82).

A observação de Goldfeld (2002) destaca a relevância crucial da linguagem no contexto do desenvolvimento da criança surda, ressaltando que, embora a surdez em si não seja necessariamente um impedimento substancial para o progresso intelectual, as ramificações resultantes, particularmente a mudez decorrente da falta de linguagem, constituem um desafio significativo. Portanto, compreender a complexidade da surdez vai além da mera condição física, abrangendo as implicações psicossociais relacionadas à falta de comunicação. A linguagem, conforme identificada pela autora, emerge como o epicentro do desafio, onde todas as nuances do desenvolvimento da criança surda se manifestam. Essa perspectiva destaca a necessidade crítica de abordagens educacionais e intervenções que considerem a centralidade da linguagem na promoção do desenvolvimento pleno e inclusivo de crianças surdas.

Diante disso, a escola precisa estar aberta à cultura surda, reconhecê-la como tal e proporcionar meios para que seus educandos sejam vistos como alguém que possui uma identidade cultural própria, significativa e com características específicas. A instituição precisa fornecer recursos e metodologias eficazes para que o surdo possa se desenvolver de forma autônoma, preparando-o para enfrentar desafios, não o vendo sob o ângulo da surdez, mas da diferença, onde, segundo Skliar (1998), percebe-se que o surdo não é diferente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades culturais diferentes das dos ouvintes, baseadas na linguagem e na experiência visual.

A Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Libras como língua nativa da comunidade surda e é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Essa conquista representa um marco histórico na luta pela visibilidade e igualdade da comunidade surda. Entretanto, sua utilização não substitui a modalidade escrita da língua portuguesa, mas coexiste com ela em um contexto bilingue. Nesse contexto, o Decreto 5.626/2005 também representou um avanço na educação dos surdos, reconhecendo-os como sujeitos com experiências visuais e cultura próprias, manifestadas principalmente pelo uso da língua de sinais. Assegura-se, por meio dessa legislação, o direito à educação, tanto em Libras como Português, e a presença de profissionais de tradução e interpretação em Libras nas escolas, bem como a formação de professores bilíngues, uma vez que “Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior [...] de instituições de ensino, públicas e privadas [...]” (Brasil, 2005), garantindo o acesso à educação e o desenvolvimento pleno da comunidade surda.

Nesse sentido, Quadros (2004, p. 07) define que o intérprete de Libras, como o profissional que “interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”, atua como ponte entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, viabilizando o acesso à informação e à comunicação em diferentes contextos. Sua função vai além da tradução literal da língua oral para a língua de sinais e vice-versa, pois envolve a compreensão das diferentes culturas e a mediação de interações complexas. Strobel (2009, p. 47) destaca que

A Língua de sinais é um aspecto fundamental de cultura surda. [...] A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Strobel (2008) reforça a importância da língua de sinais como um instrumento de empoderamento da comunidade surda. Assim sendo, a importância da língua de sinais para a

comunidade surda vai além da comunicação. Essa língua é também um marcador cultural, que permite a expressão da identidade surda e a construção de uma comunidade com valores e costumes próprios. Por meio da língua de sinais, os surdos podem se comunicar entre si, transmitir seus conhecimentos e histórias, e participar da sociedade de forma plena.

No âmbito educacional, diversos instrumentos legais garantem às pessoas surdas o direito à igualdade de oportunidades no processo educacional, incluindo a priorização da Libras como sua língua materna (Felipe, 2006). Entre esses instrumentos, destacam-se a Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 208) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, arts. 4º, 58, 59 e 60). O reconhecimento da Libras como um sistema linguístico organizado, com especificidades nas funções sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas, contribui para a valorização e importância crescente dessa língua no contexto educacional.

Nesse contexto, a relevância atribuída à Língua de Sinais representa um avanço significativo no entendimento da comunicação para as pessoas surdas, consolidando-se como um elemento fundamental no cenário educacional inclusivo. Conforme respaldado pelas legislações vigentes, a promoção da igualdade de oportunidades se reflete não apenas na garantia de acesso à educação, mas também na valorização e reconhecimento da Língua de Sinais como parte integrante do patrimônio cultural e linguístico das comunidades surdas.

Dessa maneira, o respaldo legal, aliado ao reconhecimento da Língua de Sinais como um sistema complexo e estruturado, destaca a necessidade de políticas educacionais inclusivas que promovam efetivamente a participação e integração das pessoas surdas na sociedade. O avanço na compreensão da Língua de Sinais não apenas amplia as possibilidades educacionais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente da diversidade linguística e cultural.

### **3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

Skliar (1998) defende que a alfabetização de crianças surdas deve ser bilíngue, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Essa perspectiva está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que, em seu artigo 28, determina a oferta de educação bilíngue para surdos “[...] em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (Brasil, 2015). Sendo que a aquisição da Libras garante ao surdo o desenvolvimento linguístico, cognitivo, socioafetivo-emocional, além de contribuir para a formação de sua identidade e cultura surda.

Nesse contexto, Behares (2000) sugere uma reconstrução do processo educacional com o intuito de integrar o surdo na sociedade, reconhecendo suas diferenças e singularidades. Essa reestruturação visa superar a visão da surdez como anormalidade, promovendo assim a inclusão social e educacional dos surdos.

De acordo com Quadros (1997, p. 27), o bilinguismo se configura como

[...] uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Essa abordagem, centrada no bilinguismo, visa proporcionar uma educação que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos surdos, fundamentando-se na compreensão da língua de sinais como elemento central para o desenvolvimento linguístico e cognitivo desses indivíduos. Portanto, é notável a importância de estratégias pedagógicas que reconheçam a língua de sinais como um componente essencial no processo educacional de crianças surdas, facilitando assim a aquisição da língua escrita e promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

Quadros (1997) destaca ainda que todas as crianças surdas podem adquirir sua língua natural, a língua de sinais, por meio de interações com a comunidade surda, assim como qualquer criança ouvinte adquire sua língua por meio de suas interações sociais. O bilinguismo trabalha com base em duas línguas diferentes, oral e de sinais, respeitando a autonomia e as diferenças entre elas, sem afetar a experiência sociolinguística da criança. A autora reforça a importância da língua de sinais como língua natural da pessoa surda, afirmando que “se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais” (Quadros, 1997, p. 27).

A língua portuguesa, como segunda língua, tem como prioridade o aprendizado da língua escrita, considerando a cultura na qual a criança está inserida. Quadros (1997, p. 28) adverte que “deve-se atentar, também, para a cultura na qual a criança está inserida, uma vez que a comunidade surda apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada”.

Fernandes e Moreira (2009) afirmam que os surdos enfrentam um conflito persistente nas instituições educacionais, onde são confrontados ora com a rejeição do bilinguismo em favor do discurso de igualdade, ora com a defesa do bilinguismo devido à histórica crueldade

do processo de ensino-aprendizagem para com os surdos, frequentemente tratados como se fossem ouvintes. Adicionalmente, a dificuldade na implementação eficaz da educação bilíngue também pode ser atribuída ao prolongado período em que os surdos permanecem privados do acesso à sua língua natural, especialmente considerando que a maioria é filha de pais ouvintes, o que torna responsabilidade da escola mediar o ensino da língua de sinais.

De acordo com a observação de Martins (2022, p. 41),

Vemos que a educação de surdos no Brasil tem se dado por meio de muitas lutas políticas e é marcada por várias controvérsias sobre seu fazer. No entanto, as comunidades surdas têm claro para si que a língua de sinais deve ganhar espaço e centralidade na escola, como língua de instrução. A luta tem sido para se produzir de fato uma abordagem bilíngue nas escolas, seja mantendo escolas de surdos, ou salas bilíngues em escolas públicas – uma educação bilíngue ainda em construção, mas necessária. O importante é ter a participação ativa de surdos pensando a escola que querem para si, e não outra retomada da alegoria trazida pelo *Congresso de Milão*, com imposição das formas adequadas de ensino de surdos, sem a participação do povo surdo nessa construção. Educação bilíngue se faz com surdos, para surdos e pelos surdos. Apoiamos as mudanças históricas e seguimos partilhando lutas por uma educação mais justa e mais ética: uma educação de surdos, e não uma educação de ouvintes para surdos (Martins, 2022, p. 41).

Dadas as condições enfrentadas pelos indivíduos surdos desde o nascimento, caracterizadas pela privação de interação verbal, esses sujeitos deparam-se ainda com desafios significativos no âmbito educacional. No contexto educacional brasileiro, diversas abordagens são observadas quando se trata da educação desses indivíduos. No escopo da educação de surdos, um dos modelos predominantes é a inclusão do aluno bilíngue em uma sala de aula monolíngue, estratégia que visa aproximá-lo da língua portuguesa, mas que, simultaneamente, restringe sua interação social. Essa abordagem tem como finalidade a normalização dos surdos, visando sua integração social, porém, negligenciando o valor de sua língua natural e de sua cultura. À luz das diversas alternativas educacionais disponíveis no contexto brasileiro, é plausível afirmar que os surdos, conforme assinalado por Fernandes e Moreira (2009, p. 227), tornam-se bilíngues de maneira contingente, não sendo uma escolha consciente, mas sim uma imposição das circunstâncias educacionais.

Assim, o bilinguismo surgiu para propiciar uma educação de qualidade para os sujeitos surdos, com o reconhecimento do valor social da língua de sinais, pois esta ocupa um papel fundamental no processo linguístico da particularidade desses sujeitos. Segundo Goldfeld (2002, p. 44),

[...] ter a língua de sinais como primeira língua é indispensável, considerando que o saber dessa primeira é determinante na construção dos saberes na segunda e os surdos devem adquirir a sua língua natural em contato com outros surdos adultos

usuários e fluentes na língua de sinais.

Nesse ínterim a sala de aula é um espaço de construção de conhecimentos, e ao se tratar de uma sala de aula inclusiva onde se tem professores ouvintes e alunos surdos, vem um terceiro elemento para complementar que é o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), onde esse profissional tem papel fundamental no processo de ensino/aprendizagem e, sobretudo, na comunicação dos alunos surdos com toda a comunidade escolar. Saliente-se que, segundo Lacerda (2010, p. 135),

A figura do TILS não é nova nas experiências das comunidades surdas, contudo aparece pela primeira vez em documentos oficiais no Brasil apenas no final da década de 1990, como profissional responsável pela acessibilidade de sujeitos surdos aos conteúdos tratados em espaços públicos e educacionais.

O TILS é o profissional responsável por intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes, fazendo a tradução da Libras para o português e interpretação do português para a Libras. Essa função é essencial para garantir a inclusão social das pessoas surdas, pois permite que elas participem de forma plena da sociedade. A profissão de TILS e suas atribuições específicas foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. O Decreto detalha os requisitos de formação para o exercício da profissão, especialmente para atuação no âmbito educacional (Lacerda, 2010, p. 135). A Lei nº 12.319/2010 também respalda a profissão de TILS, definindo as diretrizes para a formação e o exercício profissional.

Esse argumento apresenta as primeiras evidências da importância da presença de um tradutor intérprete na educação dos surdos. Reconhece-os como sujeitos com língua própria, valorizando sua cultura e permitindo o uso da língua do país nos trabalhos escolares. Nas escolas, os intérpretes educacionais são figuras de suma importância. O intérprete de Libras atua como canal comunicativo entre o aluno surdo e o ouvinte, realizando a tradução e interpretação entre as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa. Nesse contexto, Lacerda (2014, p. 34), afirma que “na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados a participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), desmotivados pela falta de acesso ou total exclusão das informações”.

Desse modo, evidenciamos a significativa relevância da atuação do profissional intérprete educacional no âmbito do ensino regular. Seu papel primordial é o de mediador de comunicação, desempenhando um papel crucial na facilitação da interação entre alunos surdos e a comunidade escolar. Ademais, é imperativo que esse profissional esteja

adequadamente preparado para assumir também o papel de educador, contribuindo efetivamente para o processo de aprendizagem desses alunos.

Do ponto de vista do bilinguismo,

[...] a criança surda deve adquirir, como língua materna, a língua de sinais. Esta aquisição deve ocorrer, preferencialmente, pelo convívio da criança surda com outros surdos mais velhos, que dominem a língua de sinais. É sabido que mais de 90% dos surdos têm família ouvinte. Para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais, é necessário que a família também aprenda esta língua para que assim a criança possa utilizá-la para comunicar-se em casa (Goldfeld, 2002, p. 44).

Essa abordagem respalda a ideia de que a língua de sinais, ao ser considerada língua materna, desempenha um papel central no desenvolvimento linguístico e cognitivo do indivíduo surdo. Implica dizer que, “dessa forma, os surdos precisam dominar a língua de sinais, pois é nessa língua que eles aprendem que palavras, frases, sentenças e parágrafos significam algo e que palavras devem ser situadas em um contexto” (Quadros, 1997, p. 99). Ademais, a proposta de Goldfeld (2002) reforça a importância do ambiente familiar como facilitador para o sucesso na aquisição da língua de sinais, reconhecendo-a como uma língua materna preferencial para crianças surdas. Isso destaca o papel crucial não apenas do convívio com outros surdos mais velhos, mas também do envolvimento e aprendizado da língua por parte da família, promovendo a comunicação efetiva e o desenvolvimento da criança surda em seu contexto doméstico.

#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi empregada para contribuir com o embasamento teórico, considerando que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174), “toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes”. No contexto deste estudo, a pesquisa qualitativa foi adotada com o propósito de compreender e explicar os detalhes e características inerentes ao problema em análise, almejando uma maior profundidade nos aspectos investigados (Del Carratore, 2009).

Neste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando perguntas abertas. Conforme Minayo (2010, p. 23), esse tipo de abordagem visa “desvelar processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado”.

A pesquisa fundamentou-se na compreensão da realidade, visando analisar as práticas

de alfabetização empregadas por um professor em relação a um aluno surdo de uma escola pública do ensino fundamental II, bem como a percepção do coordenador pedagógico sobre como a escola tem contribuído para o desenvolvimento desse aluno, e a experiência do próprio aluno surdo em seu percurso escolar.

Na escola investigada, atende-se a um aluno surdo matriculado no sétimo ano do Ensino Fundamental, no turno matutino, acompanhado por uma intérprete em sala de aula. Os participantes deste estudo incluem uma professora graduada em Língua Portuguesa com 20 anos de experiência na escola, uma coordenadora pedagógica formada em Pedagogia, e um aluno surdo de 17 anos, ainda não alfabetizado, que se comunica por meio da língua de sinais e possui diversas palavras memorizadas.

Para a coleta de dados, foi utilizado um caderno para anotação das respostas dos entrevistados, sendo todas as respostas do professor, coordenador e aluno surdo registradas por meio da tradução realizada pela intérprete. Foram elaboradas sete perguntas abertas no total, sendo duas direcionadas ao professor, abordando metodologias e desafios ao lidar com o aluno surdo, duas destinadas à coordenação, explorando a forma como a escola recebe o aluno surdo, e três voltadas ao aluno surdo, investigando suas experiências escolares e comunicação com a sociedade.

A aplicação do questionário com perguntas abertas ocorreu em duas etapas. Inicialmente, o professor regular e a coordenadora pedagógica foram entrevistados na sala da coordenação. As perguntas foram direcionadas primeiro à coordenadora e depois à professora, sendo todas respondidas oralmente. Na segunda etapa, a entrevista foi conduzida com o aluno surdo, acompanhado de sua intérprete para a tradução das perguntas e respostas, reunindo todos na sala da coordenadora para garantir a presença e supervisão adequadas. As perguntas foram feitas oralmente para o intérprete, que as traduzia para o surdo.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É indispensável que os profissionais da educação aprendam a língua de sinais para aprimorar a comunicação e promover a inclusão do surdo. Essa competência é fundamental para o desenvolvimento do próprio surdo, facilitando o processo de leitura e escrita em português. Dado o desafio de encontrar escolas bilíngues, a presença de um intérprete de Libras é essencial. O intérprete desempenha o papel crucial de intermediar a comunicação entre a Libras e a língua oral, promovendo a interação não apenas entre aluno e professor, mas também entre alunos surdos e ouvintes.

Além disso, é importante oferecer formações em Libras para professores e equipe escolar, uma vez que a inclusão demanda práticas educativas que fortaleçam as relações dentro do ambiente escolar. O domínio da Libras pelos professores é fundamental para o sucesso da inclusão, pois permite a criação de um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e eficaz para o aluno surdo. Apesar dos desafios, as tentativas e alternativas dos educadores são essenciais para encontrar a melhor metodologia de ensino para o desenvolvimento do aluno surdo.

Diante disso, o questionamento foi direcionado à coordenadora: Qual o maior desafio para a escola em receber um aluno surdo? E o que esta tem feito para abranger de forma inclusiva o mesmo?

A coordenadora respondeu:

Para a escola, tem sido um grande desafio em relação à comunicação, pois os professores não sabem a língua de sinais, o que dificulta a forma eficaz de trabalhar com um surdo. Tendo em vista que este é o primeiro aluno surdo que a escola recebe, temos feito o que está ao nosso alcance para abranger de forma inclusiva nosso aluno. Realizamos a sinalização de alguns ambientes da escola e promovemos momentos de ensino de alguns sinais básicos de Libras para os alunos e profissionais da educação no pátio, com a ajuda e o auxílio da intérprete do nosso aluno (Pesquisa de campo, 2023).

Os desafios comunicativos enfrentados pela escola ao lidar com o aluno surdo levantam questões sobre o comprometimento da instituição em aprender a língua de sinais e se capacitar para uma inclusão efetiva. A presença de apenas um intérprete de Libras no ambiente escolar, sem capacitação da equipe educacional na língua de sinais, não reflete a inclusão adequada. Conforme destacado por Carvalho e Barbosa (2008, p. 56),

a maior parte dos professores não utiliza uma metodologia específica aplicada aos alunos Surdos, onde muitas vezes as aulas são ministradas, em sua grande parte, através de diálogos orais e atividades escritas sobre temas abordados durante as classes que, muitas vezes, no planejamento não engloba a forma de aprendizagem ou o desempenho necessário ao aluno Surdo. Com tudo, percebe-se que se faz necessário capacitações de cursos de Libras para professores, equipe diretiva escolar, para amenizar as dificuldades encontradas na comunicação entre surdo e ouvinte, podendo proporcionar um melhor desempenho ao aluno surdo.

No contexto educacional contemporâneo, observa-se um considerável aumento no número de alunos surdos nas instituições de ensino. Diversos estudos evidenciam que grande parte desses estudantes enfrenta desafios na interação com professores e colegas ouvintes. Essas dificuldades muitas vezes resultam da falta de conhecimento sobre a Língua de Sinais (Libras) por parte dos ouvintes, o que prejudica não apenas a interação social dos surdos, mas também seu desenvolvimento acadêmico. Essa situação evidencia a distância entre a realidade

atual e a verdadeira essência da inclusão.

O processo de inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino ainda encontra obstáculos, especialmente relacionados à formação dos professores. A necessidade de capacitação docente, tanto na perspectiva da inclusão quanto no ensino da Libras, destaca-se como um desafio significativo. Urgência se impõe na preparação desses profissionais para interagir eficazmente com os alunos surdos. Essa formação não apenas simplifica, mas torna mais acolhedora a relação entre professor e aluno surdo.

A instituição escolar deve oferecer um ambiente propício para acolher os alunos surdos, favorecendo assim um melhor aprendizado. A superação das barreiras nas relações sociais no ambiente escolar, enfrentadas pelas crianças surdas, pode ser alcançada por meio do ensino da língua de sinais, tanto para ouvintes quanto para surdos. A escola, como espaço privilegiado, é fundamental para o estabelecimento de relações humanas respeitadas e harmoniosas. Quadros (1997, p. 83) corrobora essa afirmação ao salientar que “quando a criança é exposta à sua L1, a aquisição ocorre espontaneamente e de forma natural. Diferentemente disso, a aquisição de L2 ocorre em um ambiente artificial e de forma sistemática, observando metodologias de ensino”.

Obseva-se que ao longo do tempo, a Educação Inclusiva tem experimentado notáveis avanços e transformações, destacando-se o direito legal à permanência de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. A educação especial, respaldada pela LDB (Lei nº 9.394/96), é oferecida na rede regular de ensino para indivíduos com necessidades distintas, fundamentando-se nos princípios de respeito e valorização de cada educando no processo de ensino-aprendizagem.

A educação inclusiva é crucial desde os estágios iniciais para garantir que toda criança tenha acesso ao ensino e oportunidades de atingir um nível adequado de aprendizado. Anteriormente, crianças com deficiência auditiva frequentavam salas separadas, mas, graças à busca pelos seus direitos, os surdos agora compartilham o mesmo ambiente que os ouvintes, demandando que a inclusão seja efetivada conforme necessário. Nesse contexto, o bilinguismo se apresenta como uma filosofia essencial para o desenvolvimento da criança surda. Como bem colocam Capovilla e Capovilla (2004, p. 33): “É hoje geralmente aceito que a aprendizagem escolar e a aquisição das línguas falada e escrita podem desenvolver-se mais apropriadamente sob a filosofia do bilinguismo, em que a criança tem a oportunidade de crescer em interação com sinalizadores competentes”.

Ao ter acesso à Libras desde cedo, a criança surda desenvolve sua identidade e comunicação de forma plena, além de ter acesso ao conhecimento e à cultura surda. O

bilinguismo, portanto, contribui para a inclusão social e educacional do aluno surdo, permitindo que ele participe ativamente da sociedade.

Além disso, alunos surdos necessitam de suporte de intérpretes de Língua de Sinais, profissionais fluentes na língua falada e sinalizada do país, habilitados para realizar a tradução entre ambas. Ao questionar o sujeito surdo sobre sua trajetória escolar antes de contar com um intérprete de Libras, a resposta revela as dificuldades enfrentadas e destaca a melhoria com o auxílio do intérprete. Dessa forma, o participante surdo foi indagado: Antes de obter uma intérprete de Libras, como era sua trajetória escolar?

Sua resposta, mediada pela intérprete:

Era muito ruim. Na escola, eu apenas pintava ou copiava as atividades do quadro. Ninguém sabia como se comunicar comigo, eu não gostava de ir à escola. Hoje melhorou; tenho uma intérprete que me ajuda, os professores se esforçam para se comunicar comigo, eu percebo, consigo aprender um pouco (Pesquisa de campo, 2023).

Segundo Santos (2001), muitos acreditam que a inclusão é apenas a prática de colocar a pessoa com deficiência junto com outros não deficientes; o início de uma educação inclusiva é que todos os alunos aprendem juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. Nesse sentido, ao abordar a inclusão, é crucial evitar a confusão de que se trata apenas da presença física do aluno na sala de aula. A inclusão, de fato, consiste em oferecer ao aluno recursos que facilitem o aprendizado, respeitando suas limitações e adaptando o necessário, assim como é feito com os demais alunos.

A atuação do intérprete desde o início da carreira escolar do surdo é de suma importância. Sem a presença do intérprete ou sem o conhecimento da língua de sinais por parte dos profissionais, torna-se desafiador para o aluno surdo adquirir conhecimentos e absorver os conteúdos ministrados em sala de aula pelo professor ouvinte. O intérprete não apenas traduz, mas colabora com o professor na busca por meios diferenciados de ensino, favorecendo uma aprendizagem eficiente e especificamente elaborada para o aluno surdo.

Entretanto, incluir um aluno surdo em uma sala de aula regular não se resume à presença do intérprete. A efetividade do ato inclusivo requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, proporcionando um ambiente propício para o aluno surdo desenvolver suas potencialidades, habilidades, competências e sua criatividade como qualquer outro aluno. Esse é um esforço conjunto para garantir o melhor desenvolvimento do aluno, sendo essencial que o sistema educacional forneça os recursos necessários para esse processo.

Refletindo sobre o processo de inclusão das crianças surdas, é crucial destacar que, ao

nascerm surdas ou perderem a audição em tenra idade, muitos pais podem rejeitar a língua de sinais devido à falta de conhecimento da língua em si ou sobre sua importância. Em vez disso, utilizam-se do oralismo ou de gestos para se comunicar. No entanto, é fundamental compreender que o aprendizado da língua de sinais é um processo natural que compensa a lacuna auditiva, uma vez que a visão se torna o sentido mais apurado. Diante disso, indagamos ao participante sobre a idade do primeiro contato com a língua de sinais.

A resposta do aluno surdo, traduzida pela intérprete de Libras, foi a seguinte:

Com 13 anos de idade, mudei para uma escola de outro estado, no ano de 2019 foi a primeira vez que tive contato com a língua de sinais através da minha interprete de libras. Nunca tinha tido a oportunidade de aprender Libras tive minha primeira intérprete que me ensinou e me ajudou muito, e ainda ensina a língua de sinais (Pesquisa de campo, 2023).

O processo de aprendizagem da língua de sinais para pessoas surdas, frequentemente, ocorre de maneira tardia, o que, por vezes, resulta na incapacidade de alfabetização. Isso se deve, em grande parte, ao despreparo das escolas. Muitos surdos chegam ao final de sua trajetória educacional como analfabetos funcionais, principalmente devido à escassez de profissionais qualificados para o ensino da língua de sinais nos anos iniciais.

A linguagem desempenha um papel integral no desenvolvimento humano, e a falta dela pode acarretar sérias consequências nos âmbitos emocional, social e intelectual do indivíduo. O maior desafio para os pais de pessoas surdas não é a surdez em si, mas a barreira na comunicação que ela impõe. Muitos pais deixam de adotar a Língua de Sinais na interação com seus filhos, muitas vezes por desconhecerem sua importância para o desenvolvimento psicossocial e como meio de aquisição de conhecimento para as pessoas surdas. Alimenta-se, com frequência, a ilusão de que seus filhos possam ouvir ou assemelhar-se aos ouvintes. Assim, buscam diversos tratamentos clínicos na tentativa de proporcionar aos filhos surdos a oportunidade de se desenvolverem como sujeitos e cidadãos por meio da linguagem oral.

A pessoa surda, por meio da Língua de Sinais, pode desenvolver integralmente suas habilidades cognitivas, afetivas e emocionais, possibilitando sua inclusão e integração na sociedade. Portanto, é imperativo que os pais de crianças surdas estabeleçam contato com a Língua de Sinais o mais cedo possível, aceitando a surdez de seus filhos como uma diferença e a Libras como uma modalidade de comunicação essencial.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desta pesquisa, foram apresentados a importância da inclusão para o surdo no ambiente escolar, com isso, torna-se evidente a necessidade de capacitação aos profissionais da educação em diversas redes educacionais que ainda não se preparam adequadamente. Propor métodos eficazes para o ensino e aprendizagem do surdo é um desafio que requer tempo, dedicação e preparação.

O aluno com necessidades especiais, ao integrar-se à sociedade, torna-se mais autônomo, influenciado pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula e pelas relações socioafetivas estabelecidas em toda a comunidade escolar. Para que esse processo ocorra de maneira eficaz, é imperativo revisar as práticas escolares, capacitando os profissionais da educação diante dessa realidade.

A Língua Brasileira de Sinais torna-se indispensável na formação de professores, oferecendo ao professor a habilidade de se comunicarem com o surdo. Isso pode superar diversas dificuldades enfrentadas por educadores que até então não conheciam a língua de sinais, rompendo barreiras na comunicação e interação entre professor-aluno, facilitando as adaptações ou metodologias utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. A capacitação profissional torna-se um dos pontos fundamentais para proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos.

A utilização da Libras dá voz à cultura surda, permite compreender suas necessidades, anseios e expectativas, facilitando o atendimento a essas demandas e constituindo a forma mais expressiva de exercício da cidadania. Portanto, é crucial promover a ampla divulgação e incentivar o uso da Libras, não apenas no ambiente escolar, mas incorporando-a à sociedade como um todo. Essa iniciativa contribui significativamente para aprimorar a qualidade de vida dos surdos, indo além de perspectivas exclusivamente filantrópicas, e estabelece-se como meio de garantir seus direitos como cidadãos, promovendo o respeito à diversidade.

Entende-se que a figura de maior influência para o desenvolvimento do aluno é o professor, cuja atuação contribuirá significativamente para a facilitação da aprendizagem e formação do alunado. Este impacto ocorre tanto no âmbito social, por meio de sua intervenção no processo de interação com os demais, quanto no âmbito cognitivo, pela eficácia na transmissão dos conteúdos curriculares. Destaca-se a necessidade de que o professor esteja devidamente capacitado para conduzir os processos de ensino e aprendizagem, especialmente na alfabetização de surdos e ouvintes. Portanto, uma formação de qualidade é imprescindível, refletindo diretamente em seu desempenho profissional e garantindo o domínio de variados métodos pedagógicos e práticas didáticas, assegurando assim o atendimento eficaz a crianças surdas e ouvintes, sobretudo durante o processo de

alfabetização.

No contexto da comunidade escolar, a instituição desempenha um papel crucial no processo educacional inclusivo, abrangendo tanto crianças surdas quanto ouvintes. É essencial que a instituição estimule o bilinguismo, visando eliminar barreiras sociais e comunicativas. Nesse sentido, espera-se que este trabalho contribua como subsídio para as discussões sobre a educação de surdos, especialmente quando inseridos em escolas regulares. Além disso, é imperativo que os direitos dos surdos sejam respeitados, equiparando-se aos de qualquer outro cidadão. Dentro desse contexto, uma educação inclusiva deve valorizar as diversidades, respeitar as diferenças e reconhecer os diversos modos de comunicação e linguagens.

## REFERÊNCIAS

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo**: dos enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria: UFSM, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

CAPOVILLA, Fernando Cesar; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngüe do surdo congênito. In: RODRIGUES, Cassio; TOMITCH, Lêda Maria Braga. **Linguagem e cérebro humano**: contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARVALHO, Elisa de Carvalho; BARBOSA, Isabel. **Pensamento Pedagógico e as NEE**: Introdução à Deficiência Auditiva. Universidade Portucalense. Porto, 2008.

DEL CARRATORE, Luis Roberto Rossi. Pesquisa científica em comunicação: uma abordagem conceitual sobre os métodos qualitativo e quantitativo. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, 2009.

FELIPE, Tanya Amara. Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos. **Espaço**: informativo técnico-científico do INES. Rio de Janeiro: INES, 2006. Disponível em: [https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/INES\\_Revista\\_Espaco\\_2006.pdf](https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/INES_Revista_Espaco_2006.pdf). Acesso em: 02 jan. 2024.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Desdobramento político-pedagógico do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Editora Plexus, 2002.

GUIMARÃES, Sandra Oliveira. **A função do intérprete da língua de sinais em sala de aula no ensino regular**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá: UEM, 2012.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação Infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite (Org.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil**: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p. 214-230.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais**: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. São Paulo: 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Medição, 2014.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Surdez e abordagem bilíngue**: contextos e práticas educacionais. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Refletindo sobre a Sociedade Inclusiva e a Surdez. In: **Anais do Seminário Surdez**: Desafios para o Próximo Milênio. Rio de Janeiro, 2000, p. 71-74.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2ª ed. Florianópolis: EdUFSC, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1

### FORMULÁRIO DESTINADO AO ALUNO SURDO E À INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- 1º) Qual o maior desafio para a escola em receber um aluno surdo? E o que esta tem feito para abranger de forma inclusiva o mesmo?
- 2º) Qual a metodologia que os professores utilizam com esse aluno surdo?
- 3º) qual a importância da língua brasileira de sinais na sua atuação como discente de aluno surdo em sala de aula regular?
- 4º) Os alunos conseguem se comunicar com o aluno surdo? De que forma?
- 5º) Você já usou ou usa algum tipo de aparelho de ampliação sonora?
- 6º) Antes de obter uma interprete de libras como era sua trajetória escolar?
- 7º) Com que idade foi seu primeiro contato com a língua de sinais?